

Editora: Viviane Bandeira // Envie artigos para jornalodia@jornalodia.com.br // Fale conosco: 86 2106.9924

Editorial 07

Responsabilidade nossa de cada dia

Dados do Ministério da Saúde apontam um crescimento de 65% do número de casos de dengue em todo o Estado, em relação ao ano passado. Somente em Teresina, o número de casos do primeiro semestre chegou a duplicar, se comparado ao registrado em 2010. De acordo com os dados divulgados no Relatório 2010-2011 da Dengue no Brasil, realizado pelo Ministério da Saúde, o Piauí, ao lado de mais seis estados do Nordeste e três de outras regiões, está incluído no grupo que apresenta risco muito alto de aumento da doença. O surgimento de uma grave epidemia é previsto principalmente por conta do calor, aliado a um novo tipo de dengue que estará circulando na região. O novo sorotipo, o 4, está circulando no Estado desde o começo do ano, e até agora foram registrados cinco casos desse tipo de dengue. A Secretaria Estadual de Saúde do Piauí (Sesapi) argumenta que

o índice de aumento tem sido constante nos últimos anos não sendo, portanto, necessária uma ação emergencial. É fato que a Sesapi e a Fundação Municipal de Saúde de Teresina (FMS) têm desenvolvido campanhas de combate e prevenção à dengue visando, principalmente, conscientizar a população para a importância do controle residencial, visto que as habitações familiares são os lugares de maior transmissão da doença. Mesmo com todas essas campanhas, na capital e no interior, o número de casos continua aumentando. Embora a maior contaminação por dengue no Piauí coincida com o período chuvoso, o calor intenso do B-R-O-BRÓ diminui o tempo larval do mosquito, que começa a transmitir a dengue mais cedo. Por isso faz-se necessário, sim, modificar a estratégia de ação do poder público e definir um *plano emergencial para a erradicação da dengue em nosso meio*. As campanhas

têm sido intensas, mas não de todo eficientes. A população precisa saber que o risco da doença não cessa. E precisa, também, colaborar. O combate à dengue não pode ser uma ação isolada do poder público. Se cada cidadão, em sua casa, com sua família, não fizer a sua parte para erradicar possíveis criadouros do mosquito, todos estarão expostos. É comum vermos mutirões contra a dengue – feitos por escolas, poder público, associações – em todo o primeiro semestre do ano, mas no segundo semestre essa atitude se arrefece e essa desatenção com certeza se reflete no aumento do número de casos da doença. Se existe o risco de epidemia no Piauí, precisamos começar a eliminar, hoje, todos os objetos que acumulem água parada. A dengue não é responsabilidade apenas do Estado ou das prefeituras. Ela está em nossas casas. É nossa *responsabilidade*. De todos e de cada um. Todos os dias do ano.

Editorial 08

O dever de denunciar

Cerca de cinco mil processos de violência contra a mulher tramitam na Justiça piauiense, representando 33% dos processos criminais da capital. A estatística piauiense reflete os dados nacionais, que apontam agressão a, pelo menos, cinco mulheres a cada dois minutos no Brasil. Os números revelam também que, de cada 100 mulheres assassinadas em território brasileiro, 70 foram mortas por companheiros ou ex-companheiros. O caso é tão grave que motivou o Conselho Nacional de Procuradores Gerais de Justiça a promover a Campanha Nacional de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, com o objetivo de estimular as mulheres vítimas de violência doméstica a denunciar os agressores e não desistirem do processo. A campanha, que tem a adesão do Ministério Público Estadual do Piauí, incentiva a denúncia logo na primeira agressão e divulga o número 180, lembrando ainda que violência

doméstica é crime. Além disso, o Ministério Público Estadual do Piauí (MPE-PI) pretende transformar a Promotoria de Combate à Violência contra a Mulher em um Núcleo Maria da Penha. Na prática, o Núcleo permitirá o aumento no número de promotores para responder sobre causas de violência contra mulher, atendendo satisfatoriamente à demanda. Tanto a campanha nacional quanto a criação do Núcleo Maria da Penha representam um avanço no combate à violência doméstica e familiar contra mulheres. No entanto, falta ainda que as vítimas de agressão compreendam que denunciar os agressores é um dever. Apesar de as estatísticas serem preocupantes, elas não revelam toda a realidade, já que muitas mulheres silenciam as agressões sofridas, o que dá ao agressor mais poder perante a vítima e faz com que as situações de violência se repitam. Além disso, a violência contra a mulher é, muitas vezes, agressão

contra a família: muitos agressores não batem apenas na mulher, mas também nos filhos. Por isso é importante denunciar a primeira agressão. Mais que isso: é imprescindível que a mulher agredida não desista do processo. A Lei Maria da Penha criou uma rede de proteção para que as mulheres vítimas de violência entendam que não estão sozinhas e que o Estado existe não apenas para punir os agressores, mas também para assegurar a segurança delas e dos filhos. Nós também já avançamos no quesito informação: os direitos das mulheres já foram propagados e difundidos. O que resta agora, aos homens, é despir-se da aura de senhores da razão para começar a tratar suas mulheres com o afeto e o respeito que elas merecem. À mulher, resta respeitar a si mesma e não acobertar aqueles que querem destituí-la de sua condição humana para reduzi-la a coisa ou propriedade.

Opinião

Página 6

Teresina, Terça, 15 de Novembro 2011

Editora: Viviane Bandeira // Envie artigos para jornalodia@jornalodia.com.br // Fale conosco: 86 2106.9924

Editorial 09

A quem representar

Enquanto o país inteiro luta contra a corrupção e a impunidade, a Assembleia Legislativa do Piauí presta um desserviço à população. Ao aprovar o projeto de lei que dá desconto de até 80% nas multas aplicadas pelo Tribunal de Contas do Estado a gestores cujas contas apresentaram problemas, os deputados estaduais do Piauí mostraram ao povo que os elegeu a total falta de compromisso com os anseios da sociedade. O desconto premia os gestores que não zelam pela administração pública e pela aplicação correta dos recursos que, por serem públicos, são de todos os cidadãos. Mas, muito mais grave que o argumento de que o projeto de lei foi apresentado porque os prefeitos e vereadores reclamavam não poder pagar as multas, é ele ter sido aprovado quase que por unanimidade. Ora, só são penalizados e condenados a pagar multas

agiram corretamente com o erário, não aplicaram os recursos como deveriam e, por consequência, tiveram as prestações de contas rejeitadas. A aprovação do projeto de lei revela a tendência da Assembleia Legislativa do Piauí em criar uma cultura do perdão a maus pagadores, maus administradores. Primeiro, a anistia das dívidas para regularização de documentos de veículos no Estado. Agora, o desconto nas multas aplicadas pelo TCE. Não se viu ainda um deputado propor desconto em emplacements para proprietários de veículos que sejam adimplentes. Não se viu ainda um projeto de lei que proponha descontos progressivos para quem sempre paga as contas em dia. No caso desse projeto de lei que reduz a multa para maus gestores, não se ouviu sequer o mínimo protesto do Tribunal de Contas do Estado, que até agora está no mais

sociedade fazer o barulho. Somos nós os lesados por medidas como essa, que legitima a ação de gestores descomprometidos com o bem comum. É a cada um de nós que os deputados estão lesando. Certamente, a população esperava que os legisladores do Piauí propusessem mais rigor na autuação de administradores com contas reprovadas pelo TCE. A população precisa acordar para o seu poder de fiscalização. Devemos todos protestar contra medidas que contrariam o nosso interesse, enquanto sociedade. Não podemos apenas esperar que o governador tenha o bom senso de vetar uma lei tão acintosa aos nossos anseios quanto esse desconto nas multas do TCE. Devemos exigir o veto governamental. Por um único motivo: vetar essa lei é o único caminho correto. Ou o governador fará como os deputados e agirá contra aqueles a

Editorial 10

À espera

01 A Câmara de Vereadores
de Teresina discutiu ontem
(16), em audiência pública,
a redução do período de
05 cumprimento do processo
licitatório das linhas de
ônibus de Teresina de 15
para cinco anos. A Comis-
são de Direitos Humanos
10 da Câmara tinha como
proposta inicial reduzir o
período de operação das
empresas de ônibus para
apenas oito anos, mas,
15 com as solicitações da
população, o prazo sugeri-
do será de cinco anos,
prorrogáveis por igual
período. O projeto, já apre-
20 sentado na Casa, prevê
a realização de licitação
para contratar as empre-
sas que irão operar no
transporte público e para
25 gerenciar o serviço por
um período de cinco anos.
Atualmente, o sistema é
feito sem realização de
licitação e as empresas
30 ganharam o direito de
operar o sistema por um
período de 15 anos, pror-
rogável por mais 15 anos.
A licitação permitirá maior
35 competitividade entre os

empresários, o que deve
resultar em serviços de
melhor qualidade para a
população. Da maneira
40 como acontece hoje, os
empresários passam 30
anos operando as linhas,
e isso cria uma comodidade
e desestimula os
45 investimentos no setor. A
redução do prazo de concessão
e a realização de licitação
a cada cinco anos
possibilitarão a avaliação
50 constante do serviço prestado
pelas empresas de ônibus
de Teresina. Além de envolverem
outras
questões sobre o trans-
55 porte público da capital,
como o preço da tarifa, a
inclusão de novas linhas, a
modificação dos itinerários
e a integração das linhas.
60 Caso o projeto não seja
aprovado pelos vereadores
de Teresina, há ainda uma
saída: a coleta de assinaturas
para a apresentação
de um projeto de iniciativa
65 popular em 2012. Ainda
este ano, podemos pressionar
os parlamentares da capital
e mostrar a eles
70 que toda a população de

75 Teresina está à espera
dessa licitação. Ela é tema
recorrente nas campanhas
eleitorais e recentemente
foi muito discutida durante
80 as manifestações contra o
aumento das passagens de
ônibus da capital. Cada
cidadão tem um papel
fundamental para que a
redução do período de
cumprimento do processo
licitatório das linhas de ôni-
bus de Teresina de 15 para
85 cinco anos seja aprovado
na Câmara de Vereadores
ainda esse ano. Os vereadores
precisam entender, de uma
vez por todas, que foram
90 eleitos para defender os
interesses de toda a população
e não apenas de pequenos
grupos. E se o serviço prestado
pelas
95 empresas que hoje operam
o sistema tiver realmente
qualidade e preço justo, elas
não temerão a licitação. A
população não pode ficar
100 calada. Nem os vereadores.
Às vésperas de uma nova
eleição, essa votação servirá
para mostrar aqueles que
105 realmente estão a serviço do povo.

EDITORIAL 018

Pesquisas incômodas

01 [As pesquisas de intenção de voto do Datafolha em cinco capitais brasileiras compõem um cenário até aqui menos confortável para o PT do que se poderia esperar de um partido que há quase dez anos controla o governo federal.]

05
A
B 10 [Com candidato próprio em quatro dessas cidades, o partido da presidente Dilma Rousseff e do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva não lidera em nenhuma delas.

15 No Rio de Janeiro, o PT se limita a apoiar o prefeito Eduardo Paes, do PMDB. Em busca da reeleição, Paes aparece com 54%. Em segundo lugar está Marcelo Freixo (PSOL), com 18%.

20 Em Belo Horizonte, o prefeito também é favorito. Marcio Lacerda (PSB) tem 49%, contra 31% de Patrus Ananias (PT).

25 A situação é semelhante em Porto Alegre, onde o prefeito José Fortunati (PDT) lidera com 41%, seguido por Manuela D'Ávila (PC do B), com 30%. Adão Villaverde, do PT, tem 7% e está em terceiro lugar.]

30 C [Até agora, a vantagem de disputar uma reeleição vem sendo maior do que a de pertencer ao partido que governa o país. Nesse sentido, o PT de Lula parece ter errado ao

deixar de fora da disputa o petista João da Costa, prefeito de Recife.] 35

[Seu candidato na capital pernambucana, Humberto Costa, caiu de 35%, em julho, para 23% e está tecnicamente empatado em segundo lugar com Daniel Coelho (PSDB), com 19%. O novo líder é Geraldo Julio (PSB). Do partido do governador Eduardo Campos, cresceu 27 pontos em dois meses e tem 34%.]

40
45 [Em São Paulo, maior colégio eleitoral do país, o petista Fernando Haddad tem 17% e está em segundo lugar, empatado com José Serra (PSDB), com 20%. Celso Russomanno (PRB) lidera com 32%.]

50
55 F [O eleitor de Curitiba, por decisão da Justiça e a pedido do candidato Gustavo Fruet (PDT), foi privado do levantamento feito na capital paranaense. O pedetista alegou pormenores técnicos para obter a censura judicial de resultados que não são de seu interesse.

60
65
H Pesquisas eleitorais mostram a fotografia de um momento da disputa.] O cenário retratado é transitório, mas a imagem formada é um dado que o eleitor pode usar para decidir seu voto.] Surpreende que ainda hoje alguns políticos militem para sonegar tal informação.

uma impiedosa

O oráculo grego

**Nova eleição na Grécia
definirá melhor risco de país
deixar a zona do euro; outro
fracasso em formar governo
pode tumultuar mercados** 40

01 **A** [Os cidadãos gregos voltarão às
urnas amanhã para tentar desat-
tar o nó político criado há um mês.] 45

05 [Na primeira tentativa de formar
um novo governo majoritário no
país, em maio, os eleitores mani-
festaram clara recusa às medidas
de austeridade que têm agravado
a crise econômica do país.] 50

10 **B** [As urnas puniram os dois princi-
pais partidos gregos, Nova Demo-
cracia (conservador) e Pasok (cen-
tro-esquerda), e alçaram o Syriza
(Coalizão da Esquerda Radical),
que se opõe aos acordos já assi-
nados pelo país com a União Eu-
ropeia, o Banco Central Europeu
e o FMI.] 55

15 **C** [A dispersão de votos im-
pediu a formação de uma coalizão
capaz de estabelecer um governo
e indicar novo primeiro-ministro.] 60

20 **D** [Com uma economia que já en-
colheu quase 20% desde 2010, a
Grécia é incapaz de gerar os recur-
sos necessários para cumprir seus
compromissos externos.] 65

25 **E** [Precisa de
dinheiro novo, injetado pela Euro-
pa, até para pagar o funcionalis-
mo público.] 70

30 **F** [Se o impasse político
se repetir, ou se o Syriza for eleito
e cumprir a promessa de rever o
acordo, o país pode deixar de rece-
ber ajuda e ficar insolvente. A sai-
da do euro seria o passo seguinte.] 75

35 **G** [Do ponto de vista político, pou-

ca coisa mudou desde o mês pas-
sado. Sondagens indicam uma pe-
quena vantagem do Nova Demo-
cracia sobre o Syriza. Nenhum par-
tido, contudo, teria condições de
indicar o premiê. Uma nova roda-
da de negociações — ou até de elei-
ções — parece tão inevitável quan-
to é incerto o seu resultado.

45 O que mudou foi a situação da
economia europeia, e para pior.
Há alguns meses, especulava-se
que a zona do euro poderia se dar
ao luxo de deixar a Grécia aban-
donar a moeda única, mantendo a
estabilidade no restante da região.

50 Não é mais esse o caso. As con-
sequências podem ser catastrófi-
cas para o fragilizado sistema ban-
cário europeu e para a capacidade
de outros países, como a Espanha,
contraírem novos empréstimos.]

55 [Não à toa, autoridades europeias
já acenam a um novo governo gre-
go com a possibilidade de renego-
ciação dos juros e dos prazos da dí-
vida e até de investimentos diretos
no país. Prefeririam negociar no-
vos termos com o conservador No-
va Democracia, mas arriscam ter
de fazê-lo com o Syriza.] 65

70 [O garrote da austeridade poderá
ser afrouxado. Para que isso acon-
teça, concessões serão necessárias
dos dois lados. Tanto o novo go-
verno grego quanto as autorida-
des europeias tentarão dar a im-
pressão de que não abriram mão
de princípios.] Uma dança política
delicada, que precisará acelerar os
passos, sob risco de a crise econô-
mico-financeira fugir do controle.] 75